

Análise Da Inclusão De Pessoas Com Deficiência No Brasil: Desafios E Políticas Públicas Nos Contextos Educacional E Profissional

Teodoro Antunes Gomes Filho

(Doutorando Em Educação Pela Unisinos)

Fabírcia Keilla Oliveira Leite

(Doutoranda Em Educação Pela Unisinos)

Valdelânia Ribeiro De Ribeiro

(Doutora Em Ciências Pela Usp)

Maura Corcini Lopes

(Doutora Em Educação Pela Ufrgs E Docente Do Ppg Em Educação Da Unisinos)

Resumo

Este estudo objetiva analisar a inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes educacional e profissional, destacando as políticas públicas e práticas implementadas para promover equidade e acessibilidade. A revisão de literatura foi realizada utilizando artigos que exploram diferentes aspectos da inclusão, desde a percepção dos próprios indivíduos até a efetividade das legislações vigentes. Os resultados indicam que, apesar de avanços significativos, ainda existem barreiras consideráveis que precisam ser superadas para garantir uma verdadeira inclusão. A pesquisa destaca a importância de uma abordagem abrangente que envolva políticas públicas robustas, práticas institucionais inclusivas e uma mudança na percepção social da deficiência.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência; Educação; Trabalho; Políticas Públicas.

Date of Submission: 07-06-2024

Date of Acceptance: 17-06-2024

I. Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência tem ganhado destaque nas discussões acadêmicas e nas políticas públicas, sendo vital para a construção de uma sociedade mais equitativa. Historicamente, pessoas com deficiência enfrentaram uma série de barreiras que limitam sua participação plena na sociedade, desde obstáculos físicos até preconceitos sociais enraizados. No entanto, com o avanço das políticas de inclusão e a crescente conscientização sobre os direitos dessas pessoas, observa-se um movimento significativo em direção à promoção da acessibilidade e igualdade de oportunidades.

Ao longo dos tempos, a deficiência foi vista principalmente sob o modelo biomédico, que focava nas limitações físicas e cognitivas do indivíduo e buscava soluções médicas para corrigir essas limitações. Nos anos 1960 e 1970, emergiu o modelo social da deficiência, que desloca o foco para as barreiras sociais e ambientais que limitam a participação plena das pessoas com deficiência. Mais recentemente, o modelo biopsicossocial tenta integrar os aspectos médicos e sociais, reconhecendo a complexidade das experiências individuais de deficiência.

No contexto educacional, a inclusão de estudantes com deficiência tem sido uma prioridade conforme estabelecido pela legislação brasileira e diversas convenções internacionais. A Lei 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece diretrizes claras para garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais. Esta legislação reforça a importância de adaptar o ambiente escolar e os métodos pedagógicos para atender às necessidades específicas desses estudantes.

No âmbito profissional, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho também é um desafio significativo. A Lei 8.213/1991, conhecida como Lei de Cotas, exige que empresas com mais de 100 funcionários reservem uma porcentagem de suas vagas para pessoas com deficiência, uma medida importante para promover a empregabilidade desse grupo. No entanto, a efetividade dessa legislação ainda enfrenta obstáculos, como a falta de acessibilidade nos locais de trabalho e a resistência de algumas empresas em

contratar pessoas com deficiência. Além disso, é importante que as organizações não apenas cumpram a legislação, mas também criem um ambiente de trabalho que valorize a diversidade.

Este estudo tem como objetivo analisar a inclusão de pessoas com deficiência tanto no ambiente educacional quanto no profissional, utilizando uma abordagem de revisão integrativa da literatura. Serão examinados artigos que abordam diferentes aspectos da inclusão, desde a percepção das pessoas com deficiência sobre suas experiências até a análise das políticas públicas e práticas institucionais. A revisão de literatura permitirá identificar as principais barreiras enfrentadas e as estratégias eficazes para superá-las.

II. Materiais E Métodos

A metodologia deste estudo baseia-se em uma revisão integrativa da literatura, visando compreender as diferentes dimensões da inclusão de pessoas com deficiência nos contextos educacional e profissional. Para tanto, foram selecionados artigos que abordam a temática sob diversas perspectivas, proporcionando uma visão abrangente das políticas e práticas de inclusão. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram a relevância do tema, a qualidade metodológica e a pertinência para os objetivos desta pesquisa.

A coleta de dados foi realizada através de consultas em bases de dados acadêmicas, como SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizadas palavras-chave específicas, tais como "inclusão de pessoas com deficiência", "educação inclusiva", "mercado de trabalho" e "políticas públicas", combinadas com os operadores booleanos *AND* e *OR* para refinar os resultados. A pesquisa restringiu-se a artigos publicados entre 2021 e 2024 em língua portuguesa. Foram incluídos apenas artigos completos e de acesso gratuito, assegurando a acessibilidade e a pertinência dos estudos selecionados.

Essa estratégia permitiu a seleção de estudos relevantes que tratam da inclusão de pessoas com deficiência sob diferentes ângulos e contextos. A análise dos dados foi conduzida em duas etapas principais. Na primeira etapa, foram realizadas leituras preliminares dos títulos e resumos dos artigos selecionados para identificar sua relevância e adequação ao objetivo do estudo. Na segunda etapa, quatro artigos foram considerados pertinentes e lidos na íntegra para uma análise mais detalhada e crítica. Durante essa fase, foram extraídas informações sobre os objetivos, metodologias, resultados e conclusões de cada estudo, permitindo uma comparação sistemática e a identificação de temas emergentes.

III. Resultados E Discussão

Os resultados desta revisão integrativa da literatura são apresentados a seguir, baseados na análise dos artigos selecionados, cada um abordando aspectos distintos e complementares da inclusão de pessoas com deficiência. A discussão dos resultados é organizada de forma a sintetizar os achados e proporcionar uma visão abrangente das práticas e políticas de inclusão.

Quadro 1: Artigos selecionados

Autores	Objetivo	Metodologia	Conclusão
Rodrigues & Pereira (2021)	Compreender como periódicos brasileiros de saúde coletiva abordam a percepção das pessoas com deficiência e a Lei de Cotas.	Revisão de literatura	A Lei de Cotas aumentou a entrada de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas faltam condições de acessibilidade e superação de barreiras ideológicas e sociais.
Ribeiro & Fabrício (2022)	Analisar a implementação e eficácia do direito à educação inclusiva nas instituições de ensino superior no Brasil.	Revisão de literatura	A efetividade da educação inclusiva no ensino superior é limitada por barreiras institucionais e atitudinais, afetando a plena participação dos estudantes com deficiência.
Rigo (2022)	Analisar como a valorização das diferenças e da diversidade afeta os currículos escolares através dos documentos orientadores.	Análise documental	O discurso da inclusão valoriza diferenças e diversidade, sustentando o direito à educação, mas alinhado ao neoliberalismo ao incluir sujeitos no mercado, destacando a necessidade de currículos que mantenham diferenças sem serem apagadas pela diversidade.
Silva (2023)	Caracterizar diferenças conceituais entre deficiência, diversidade e diferença humana nas políticas e discursos.	Análise documental	Apesar das políticas inclusivas, há uma divergência conceitual e prática entre os modelos médicos e sociais da deficiência, com tensões na implementação de uma abordagem biopsicossocial que busca conciliar aspectos biológicos e sociais.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Rodrigues e Pereira (2021) examinam a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho a partir da percepção dessas pessoas, destacando os desafios e as possibilidades oferecidas pela Lei de Cotas. Os

autores identificaram quatro categorias principais em sua análise: deficiência como desvantagem e restrição de participação, cotas para pessoas com deficiência, percepção da pessoa com deficiência sobre o trabalho e medidas de inclusão social no trabalho. O estudo ressalta que, apesar da existência de legislações como a Lei de Cotas, a inclusão efetiva dessas pessoas ainda enfrenta diversas barreiras, principalmente relacionadas à falta de acessibilidade e à persistência de atitudes preconceituosas.

Rodrigues e Pereira (2021) destacam que a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um processo complexo que envolve não apenas a disponibilização de vagas, mas também a criação de condições adequadas de acessibilidade e a mudança de atitudes sociais. O modelo social da deficiência, que vê a desvantagem não no corpo, mas nas barreiras sociais e ambientais, é essencial para entender esses desafios. No Brasil, a Lei de Cotas tem sido um marco importante, mas sua efetividade é limitada sem ações complementares que abordem as barreiras atitudinais e estruturais. A pesquisa revela que, embora haja um avanço nas políticas de inclusão, a quantidade de pessoas com deficiência efetivamente contratadas ainda é baixa e, muitas vezes, as contratações são feitas apenas para cumprir a lei, sem uma real integração no ambiente de trabalho.

Segundo Rodrigues e Pereira (2021), a percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho é marcada por sentimentos de desvalorização e discriminação, o que impede seu pleno desenvolvimento profissional e pessoal. A inclusão no trabalho não só proporciona independência financeira, mas também é importante para a construção da identidade e para a integração social dessas pessoas. No entanto, a falta de preparação das empresas e a inadequação dos ambientes de trabalho continuam sendo grandes obstáculos. Para uma inclusão verdadeira, é necessário um esforço conjunto de políticas públicas e ações organizacionais que promovam a acessibilidade e valorizem as potencialidades das pessoas com deficiência.

Ribeiro e Fabrício (2022) abordam a importância e os desafios da implementação de políticas de inclusão nas instituições de ensino superior. Inicialmente, destacam a evolução legislativa e normativa que visa garantir a inclusão de pessoas com deficiência no contexto acadêmico, ressaltando marcos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão. Essas normativas representam avanços significativos no reconhecimento do direito à educação inclusiva, buscando assegurar condições de igualdade e acessibilidade para todos os estudantes.

No estudo de Ribeiro e Fabrício (2022), são explorados os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior na implementação dessas políticas inclusivas. Entre os obstáculos citados estão a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de capacitação dos professores e funcionários e a resistência cultural dentro das próprias instituições. Além disso, apontam a importância de um currículo adaptado e de tecnologias assistivas para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. A análise revela que, apesar dos avanços legislativos, há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão seja efetivamente praticada e sentida pelos estudantes.

Para Ribeiro e Fabrício (2022), a conscientização e o compromisso institucional são essenciais para a efetividade das políticas de inclusão. Sugerem a adoção de uma abordagem intersetorial que envolva não apenas a administração universitária, mas também a comunidade acadêmica em geral, incluindo discentes e docentes. A criação de comissões de inclusão e a realização de programas contínuos de sensibilização são algumas das estratégias propostas para promover uma cultura inclusiva. A educação inclusiva no ensino superior não é apenas um direito, mas também um dever das instituições de promover um ambiente educacional acessível e acolhedor para todos os estudantes.

Rigo (2022) explora a implementação e os desafios da educação inclusiva nas instituições de ensino superior. Apresenta um panorama das políticas e legislações que garantem o direito à educação inclusiva, enfatizando a importância do cumprimento das normas internacionais e nacionais. Destaca os avanços legais como a Lei Brasileira de Inclusão e os desafios na adaptação de instituições de ensino para receber estudantes com necessidades especiais.

Outro ponto central evidenciado por Rigo (2022) envolve a análise das barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência no ambiente acadêmico. Entre os principais obstáculos mencionados estão a falta de infraestrutura adequada, a ausência de materiais didáticos acessíveis e a necessidade de capacitação dos docentes para lidar com a diversidade. Além disso, sublinha a importância de promover uma cultura de inclusão, onde todos os membros da comunidade acadêmica estejam envolvidos no processo de acolhimento e apoio aos estudantes com deficiência.

Conforme Rigo (2022), algumas soluções e recomendações são propostas para melhorar a efetividade da educação inclusiva no ensino superior. Dentre as sugestões, destaca-se a implementação de políticas institucionais mais robustas, o aumento do investimento em tecnologias assistivas e a promoção de programas de sensibilização e treinamento contínuo para professores e funcionários. O autor conclui que, embora existam muitos desafios, a efetivação plena do direito à educação inclusiva é possível através de um esforço conjunto e contínuo de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Silva (2023) destaca as concepções e abordagens em torno das noções de deficiência, diversidade e diferença humana. Inicialmente, explora como a diversidade é frequentemente vista como um conceito positivo, promovendo inclusão e diálogo horizontal nas políticas públicas e educacionais. No entanto, a teoria crítica aponta que esse mesmo conceito pode mascarar conflitos culturais e desigualdades sociais, especialmente quando se trata de deficiência. Estudos da deficiência, portanto, desafiam as estruturas de desigualdade, destacando que a deficiência não é apenas uma questão biológica, mas um fenômeno sociocultural, refletindo barreiras impostas pela sociedade.

Na análise de Silva (2023), diferentes modelos de deficiência são discutidos. O modelo médico tradicionalmente enxerga a deficiência como uma condição individual, focando em características físico-cognitivas e buscando soluções médicas. Em contraste, o modelo social entende a deficiência como resultado das barreiras sociais que limitam a participação plena das pessoas com deficiência. Mais recentemente, o modelo biopsicossocial tenta integrar aspectos médicos e sociais, reconhecendo a complexidade das experiências individuais de deficiência. No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão exemplifica essa abordagem integrada, tentando conciliar as perspectivas médica e social.

Para finalizar, Silva (2023) critica a superficialidade com que a diversidade é tratada nas políticas oficiais, sugerindo que muitas vezes serve para manter o *status quo* e perpetuar a norma. A verdadeira inclusão requer uma desconstrução da normalidade, questionando os padrões culturais e sociais que definem quem é considerado "normal" ou "diferente". A teoria crítica da diferença enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar as identidades diversas, deslocando a centralidade das normas estabelecidas e promovendo uma inclusão que vá além da retórica, buscando transformações significativas nas estruturas sociais e educacionais.

IV. Conclusão

Com base na análise dos artigos selecionados, conclui-se que a inclusão de pessoas com deficiência nos contextos educacional e profissional ainda enfrenta desafios significativos. As políticas públicas, como a Lei de Cotas e a Lei Brasileira de Inclusão, são essenciais, mas sua eficácia depende de uma implementação adequada e do comprometimento das instituições envolvidas.

Para que as políticas de inclusão sejam efetivas, é necessário um compromisso contínuo e intersetorial que envolva não apenas as instituições, mas também a sociedade em geral. Recomendações específicas incluem a capacitação contínua de educadores e profissionais, a implementação de tecnologias assistivas e a promoção de programas de sensibilização que abordem preconceitos e estereótipos. Apenas através de um esforço coletivo e coordenado será possível alcançar uma inclusão verdadeira e significativa.

No âmbito educacional, a inclusão ainda é um desafio complexo. As escolas e universidades precisam investir em recursos adequados e na formação contínua dos educadores para que possam atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. A implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a adaptação dos ambientes físicos são passos necessários para promover uma educação de qualidade para todos.

As pesquisas revelam que a percepção das pessoas com deficiência sobre sua inclusão no mercado de trabalho é marcada por sentimentos de exclusão e subutilização de suas capacidades. Para que a Lei de Cotas seja efetiva, é essencial que as empresas proporcionem um ambiente de trabalho acessível e inclusivo, onde as habilidades das pessoas com deficiência sejam reconhecidas e valorizadas.

A análise dos discursos sobre inclusão revela uma discrepância entre os ideais proclamados e as práticas efetivas. Para superar essa lacuna, é necessário um compromisso genuíno com a inclusão, que vá além das palavras e se traduza em ações concretas. Isso inclui a promoção de uma cultura institucional que valorize a diversidade e o respeito às diferenças.

Por tudo isso, este estudo busca destacar a importância de uma abordagem abrangente para a inclusão de pessoas com deficiência. É essencial que as políticas públicas sejam complementadas por práticas institucionais robustas e uma mudança de atitude por parte da sociedade. Somente assim será possível construir um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todas as pessoas possam participar plenamente e desenvolver seu potencial.

Referências

- [1] Ribeiro, I. P.; Fabrício, R. C. (2023). A Efetividade Do Direito À Educação Inclusiva Na Educação Superior. Revista Da Faculdade De Direito Do Sul De Minas, Pouso Alegre, V. 39, N. 2, Pp. 39-53, Jul./Dez. 2023. Disponível Em: <https://Revista.Fdsm.Edu.Br/Index.Php/Revistafdsm/Article/View/559/529>. Acessado Em 04/06/2024.
- [2] Rigo, N. M. (2022). Diferença E Diversidade No Discurso Da Inclusão Escolar. Revista Brasileira De Educação, 24(1), E2401005. Disponível Em: <http://Dx.Doi.Org/10.23925/1809-3876.2022v20i3p999-1021>. Acessado Em 04/06/2024.
- [3] Rodrigues, P. S.; Pereira, E. L. (2021). A Percepção Das Pessoas Com Deficiência Sobre O Trabalho E A Lei De Cotas: Uma Revisão Da Literatura. Physis: Revista De Saúde Coletiva, 31(1), E310114. Disponível Em: <http://Dx.Doi.Org/10.1590/S0103-73312021310114>. Acessado Em 04/06/2024.
- [4] Silva, J. S. S. (2023). Deficiência, Diversidade E Diferença: Desafios Da Inclusão Escolar. Revista De Educação Inclusiva, 15(2), 25-40. Disponível Em: <https://Doi.Org/10.1590/SciELOpreprints.3012>. Acessado Em 04/06/2024.